

Formação de tradutores

Francisco José Magalhães*

Em Portugal é praticamente ignorada uma das mais importantes disciplinas da Tradutologia: a da Formação de Tradutores. Esta especialização, transversal à Tradução e às Ciências da Educação, é olhada com desconfiança, embora não seja menos científica do que qualquer outra Ciência Social e Humana.

Se a disciplina é praticamente ignorada em Portugal, paradoxalmente, muito se tem dito e escrito neste país sobre a formação de tradutores. A primeira vez que se abordou o tema, do ponto de vista profissional, foi num encontro organizado por nós, no âmbito da EXPOLÍNGUA/PORTUGAL, em 1992. Além de termos convidado especialistas europeus, tivemos um painel nacional com formadores, estudantes de tradução, tradutores profissionais, empresas de tradução e clientes institucionais. A nossa escolha parece ter sido providencial: desde então as escolas (no sentido lato: universidades e politécnicos) de tradução organizam anualmente o seu encontro, o seu colóquio, a sua mesa redonda ou as suas jornadas sobre o assunto. A radiografia destas actividades extra-curriculares corresponde, sucintamente, a dois arquétipos: o «folclorístico» e o «para-científico».

Segundo o modelo folclorístico, convida-se um tradutor, geralmente literário, para decorar a mesa e, quanto ao resto, recorre-se à prata da casa: os «mestres», que nunca fizeram tradução, debitam um discurso de quem não sabe do que fala, os alunos lêem um texto escrito por quem fala do que não sabe, e, por fim, um administrador tece loas à sua instituição, à qualidade de formação ministrada e declara que os diplomados na sua escola encontram todos trabalho. Após os aplausos, os alunos servem uns «canapés» e umas limonadas, enquanto a tuna local, com capas negras a encobrirem *T-shirts*, *jeans* e ténis, entoa versos associados à boémia académica. Naquele ambiente propício, os alunos, os «mestres» e os administradores assediam, em variáveis graus de ameaças, quem

* Doutor em Ciências da Educação (Formação de Tradutores) pela Universidade de Caen, França, e Director da Associação Portuguesa de Tradutores.

se atreva a sugerir alterações aos seus cursos. Segundo eles, os verdadeiros responsáveis pelo desemprego dos jovens diplomados em tradução são as críticas negativas aos currículos e não os próprios currículos. O menos que se pode dizer, é que a argumentação racional desapareceu do horizonte universitário, ou, em termos informais, o aristotelismo foi destronado pelo pimbismo.

Do outro lado, segundo o figurino «para-científico», convidam-se reputados tradutólogos da cena internacional para fazer a comunicação de fundo. O resto da festa fica a cargo de formadores nacionais que apresentam comunicações incompreensíveis, dezenas de vezes repetidas, sobre áreas afins à Tradução, quando temos sorte. Na maioria das vezes, as comunicações ficam-se pelo ensino das línguas. Quando não temos sorte, o bombo da festa são os verbos, utilizados para demonstrar a superioridade de uma língua sobre a outra. Prova? Como é que se deve resolver o problema transcendental de verter para português o verbo francês *être*? Será *ser* ou será *estar*? E segue-se um desfile de acetatos cheios de exemplos que permitem ao orador concluir, cientificamente, que às vezes é *ser*, outras é *estar*, tudo depende do contexto.

Mas, ultimamente, também já vão aparecendo incursões na probabilística da formação de tradutores. Desengane-se quem acreditar que após a reflexão em grupo e a troca de argumentos convictos de uns e de outros, os currículos serão revistos. Não, nada. Acabada a festa, engolidos os «canapés», arrefecidos os foguetes, esquecidos os objectivos do exercício, cada um recolhe ao seu canto Jurássico. Os estudantes de tradução continuam a enfrentar os mesmos currículos e os mesmos formadores, os primeiros desactualizados e, os segundos, ou cristalizados, os melhores, ou neofertilizados, os piores. Mas toda esta actividade florestal não impede a observação da árvore: os diplomados em tradução não se inserem facilmente no mercado de trabalho. Dizer o contrário é criar expectativas que podem ser convenientes para as instituições e para os professores instalados, mas inconvenientes para os formandos e para as necessidades dos empregadores.

Se no plano teórico já tudo foi dito, no entanto, ao nível da práxis, pouco se tem feito. Esta aparatosa inércia, na maioria dos casos, não é da responsabilidade dos formadores nem dos directores de curso. Toda uma cadeia de intermediários manifesta considerações periféricas à pedagogia da tradução, mesmo sabendo pouco ou nada da disciplina, como os membros de conselhos pedagógicos, reitores ou frustrados professores do Ministério da Educação.

Delineada a introdução, passemos a referir alguns casos, não sistematizados, que observámos no quadro das nossas funções, como Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores e como formador que se interessa há vários anos por esta vertente da Tradutologia. Devido à conjugação destes dois factores profissionais, somos frequentemente contactados por directores de cursos que nos

pedem sugestões pedagógicas, didáticas ou ajuda no desenho de currículos. As solicitações mais frequentes relacionam-se com a preocupação de melhorar os currículos já em curso nas suas instituições. Pois bem, depois de meses (ou anos), segundo os casos, a ponderar sobre a proposta curricular, eis que nos debatemos com a interferência de várias pessoas que não se inibem de exprimir as suas convicções numa área que desconhecem. Este exemplo leva-nos a concluir que não deve existir nenhuma outra formação superior que congregue tantas convicções como a Tradutologia: em Portugal não há, de certo, nenhum universitário, literário ou científico, que não saiba **tudo** sobre Tradução. Mas continuemos com os exemplos. Numa universidade pública do interior, chegou-se à conclusão que o curso deveria ser de tradução técnica. O projecto foi aprovado a vários escalões, até que o reitor transformou o projecto num curso de tradução literária, defendendo que a universidade deve ensinar cultura e não um saber utilitário. De nada serviu alegar que o saber utilitário é cultura, que localmente não existiam tradutores literários nem editores que pudessem colaborar no curso e que os diplomados iriam directamente para o desemprego. Escorado na convicção que o poder concede, o magnífico reitor decidiu: ou se fazia o que disse ou não havia curso de tradução. Sem comentário.

Outro exemplo? Certa universidade pública solicitou-nos um parecer sobre o currículo de tradução elaborado pelos docentes de línguas. Este projecto não passava de uma manta de retalhos tecida a várias mãos. Havia um pouco de tudo e de todas as procedências ideológicas, menos coerência pedagógica. A amálgama tanto dava para formar estudantes de línguas, como estudantes de literatura, como estudantes de história literária das civilizações, numa palavra, como desempregados cultos. Repugna-nos contribuir para o alargamento desta nova classe social, o que nos autoriza a dizer, a quem de direito, que o exercício da Tradução é uma profissão autónoma, portanto com uma formação autónoma. Mas quem de direito não nos ouviu. Para os responsáveis daquele departamento, a Tradução era o que eles imaginavam ser e não o que os profissionais diziam ser. Depois de muitas queixas e pressão dos estudantes, o curso teve de ser revisto. Não teria sido melhor começar pelo princípio? E o princípio é, quase sempre, o de apelar à experiência de quem exerce a profissão.

Outro exemplo? Num instituto superior, os responsáveis indicaram-nos a porta quando apontámos os pontos fracos do plano de curso, cheio de contradições, elaborado pelos administradores da instituição, licenciados, respectivamente, em Economia, Gestão e Direito. Para terminar os exemplos, o director de um instituto superior de província pediu-nos para comentar o seu plano do curso de tradução, desenhado por ele próprio, um entusiasta bacharel em Contabilidade, que não fala línguas e que nunca traduziu uma palavra. Curiosamente, o conselho

científico desta instituição é constituído por um número impressionante de doutorados por prestigiadas universidades estrangeiras. Trata-se de doutores que, sem se aperceberem, de boa fé, e sem remuneração, emprestam o nome à instituição sem nunca terem posto os pés nas instalações.

Mas não é só na formação de tradutores que enfrentamos problemas. Também começam a surgir sinais inquietantes ao nível da investigação em Tradutologia. Parece que existe uma nova corrente «científica», a qual se limita, por um lado, a ler, indiferenciadamente, o que está publicado e, por outro, a ouvir os profissionais, que se mandam calar quando o que dizem não corresponde ao modelo teórico dos cientistas. Porém, se ao longo dos milénios a profissão tem sobrevivido aos ataques de fundamentalistas religiosos e políticos, receio que venha a sucumbir ao assédio destes teóricos da escola neofismática. Com algum sentido de ironia, podemos dizer que a sua corrente de pensamento é coerente, pois, por um lado, é meramente livresca e, por outro, ignora as inovações praxiológicas posteriores a São Jerónimo.

Após a exposição do tema, permitam-me, agora, desenvolvê-lo um pouco mais. O pedagogo da Tradução deve reunir um certo número de competências. A primeira é ter experiência de tradutor profissional. A segunda é ter aprendido formalmente as disciplinas específicas da Tradução, como a História da Tradução, a Metodologia da Tradução, etc. A terceira é ter estudado Ciências da Educação, em particular, Pedagogia e Desenho Curricular. A quarta é inútil referir: tem de ter uma sólida cultura geral. Numa palavra, pedagogo da Tradução tem de subir todos os degraus da sua disciplina. Os que se deixam cair de pára-quadras directamente no telhado da Torre de Babel arriscam-se a morrer de vertigem. Acima de tudo, o pedagogo da tradução deve ter uma deontologia intelectual que não se compadeça com os interesses pessoais. Ora o que se observa, é que, na maioria dos casos, a aquisição dos conhecimentos tradutológicos vem depois de iniciada a carreira de formador. A nossa observação é baseada em dezenas, talvez centenas, de casos conhecidos em primeira mão. Somos frequentemente contactados por recém-nomeados professores de tradução que se oferecem para traduzir, de graça, qualquer tipo de texto. Entre súplicas e desespero, dariam o seu reino para pudermos mencionar no currículo uma tradução. É arrepiante saber que existem formadores que não passaram o teste dos estudantes nem dos clientes e acabam como investigadores em tradutologia. Daí a ideia generalizada que «quem não sabe traduzir ensina línguas, e quem não sabe línguas ensina tradução».

O que nos preocupa são as implicações que a ausência de honestidade intelectual de certos formadores tem no futuro dos estudantes. Cada um de nós tem o percurso que a vida permite e de mais não é culpado. O que é reprovável,

quando está em jogo o futuro profissional dos estudantes, é a falta de transparência dos conhecimentos tradutológicos desses formadores, que não resistimos a considerar obscena. Para nós, a carreira de formador tem muito de um sacerdócio laico, no sentido cristão do termo. Mas o que se verifica é que o sacerdócio de muitos formadores limita-se a oferecer vítimas às divindades. As vítimas são, advinha-se, os estudantes, e as divindades, o desemprego, a desilusão e o descrédito da profissão. O resultado está à vista. Cada vez existem mais cursos de tradução em Portugal e, no entanto, os alunos saem menos bem preparados, as disciplinas que aprendem não respondem às necessidades do mercado e os empregadores não os contratam. Apesar destas pinceladas impressionistas, alegra-nos verificar que também existem jovens formadores que procuram junto dos colegas mais experientes apoio e que se esforçam por actualizar com honestidade os cursos que ministram.

Esta é a realidade. Como remediar o problema? Sem entrar em explicações técnicas, podemos formular quatro perguntas. Primeira, será que existe uma solução? Segunda, deve-se remendar os currículos existentes ou inovar? Terceira, quem deverá decidir a resolução do problema? E a última pergunta, quem deverá formar?

Manda o bom senso que uma vez observada a patologia, a medicação seja aplicada em função do diagnóstico. Ora perante o panorama descrito, a solução passa forçosamente pela apresentação de currículos inovadores. Mas para inovar, é necessário conhecer as origens. Quando falamos de formação de tradutores, não é possível esquecer que esta especialização tem milhares de anos. Para apenas mencionar as duas primeiras experiências neste campo, recordemos o método de recrutamento de «docentes-tradutores» de Un Chong (601-664) e a pedagogia seguida por Xuan Zang (c.600-664), um dos mais célebres tradutores do mundo e o criador do famoso «Grande Pagode do Ganso Bravo».

Não é por acaso que os antigos entregavam o desenho curricular e a formação de tradutores a profissionais com décadas de experiência. Na nossa opinião, devem existir apenas dois tipos de docentes: os tradutores-formadores e os formadores-tradutores. Não se trata de um jogo de palavras, mas de conceitos bem precisos. Os tradutores-formadores são tradutores profissionais com experiência numa área (ou mais) específica (Engenharia, Medicina, etc.), que dão formação, sem, no entanto, terem formação de formadores; os formadores-tradutores são tradutores profissionais com uma formação específica nas áreas que traduzem e que são formados para leccionar tradução. No primeiro caso estão, por exemplo, os licenciados em Filologia que adquiriram uma sólida experiência em tradução jurídica e, no segundo, os licenciados em Direito que, em acumulação à longa experiência de tradução, aprenderam a formar tradutores.

Por outras palavras, os primeiros adquiriram conhecimentos especializados através da experiência de tradução, enquanto os segundos, além da formação específica na sua área e da experiência de tradutor, possuem uma visão de conjunto da tradução. Resta acrescentar que são tradutores profissionais os que vivem exclusivamente da tradução e não os que fazem da tradução um *hobby* complementar à profissão principal. Estes são, o que se poderia chamar, tradutores de fim-de-semana. O que não é pejorativo. Existem óptimos tradutores amadores e péssimos tradutores ditos profissionais e vice-versa.

Seja qual for o método pedagógico seguido, formar, no sentido de educar, é: a) organizar a imaginação do formando, b) dar-lhe ferramentas úteis ao exercício da profissão; e c) imprimir-lhe noções de bem e de mal (deontologia).

Como é possível organizar a imaginação do formando, quando os próprios formadores ignoram a tipologia das áreas de trabalho, quando ignoram tudo sobre os empregos possíveis e as exigências do mercado de trabalho, quando ignoram os inquéritos ao mercado, quando desconhecem praticamente tudo sobre o universo da tradução? Como é possível ensinar ao formando a manipulação das ferramentas de trabalho quando os próprios formadores nunca meteram a mão na massa? Como é possível incutir no formando conceitos tão fundamentais como o «saber fazer» e a ética profissional, quando os próprios formadores nunca praticaram o que pregam nem têm regras de jogo?

Uma vez abordado o problema dos formadores, é necessário reflectir sobre a eterna questão: devem as escolas formar tradutores generalistas ou especialistas? A resposta encontra-se, mais uma vez, na filosofia chinesa: «quem fala não sabe, quem sabe não fala». Durante anos, apenas se ouvia os defensores da formação generalista, mais precisamente, os defensores de interesses instalados. Mas nada nos impede, evidentemente, de fazermos, com independência de espírito, uma declaração genérica: em Portugal, entram anualmente no mercado de trabalho entre quatrocentos e quinhentos diplomados em tradução. Por um lado, todos têm uma formação idêntica, nas mesmas áreas e nas mesmas combinações linguísticas e, por outro, têm de concorrer com diplomados noutras disciplinas, para não falar do número de não diplomados, que vão dos emigrantes retornados a imigrantes¹. Se é verdade que existe cada vez mais trabalho de tradução, não é menos verdade que o volume de encomendas, como em todos os mercados, é limitado. Do lado das observações mais específicas, verificamos: que o empregador de áreas especializadas evita os tradutores generalistas; que o empregador tem de investir durante anos na especialização do tradutor generalista; que o tradutor profissional não vem forçosamente da área das línguas; que as empresas de tradução têm uma carteira de tradutores especializados por áreas temáticas; e que as empresas de tradução especializadas não empregam tradutores generalistas.

Em termos de conclusão, pode-se dizer que os argumentos pró e contra a formação de tradutores generalistas ou especializados estão esgotados. Mas uma terceira via de compromisso é possível e vai ser concretizada na Universidade Lusófona. Esta Instituição decidiu oferecer, pela primeira vez em Portugal, um curso de tradução especializada, por oposição aos cursos de especialização em tradução. Desta forma, considera-se que a Licenciatura em Tradução oferece uma aprendizagem generalista, a qual pode, e é aconselhável, ser completada com uma formação especializada, a *Pós-Graduação em Tradução*. Neste caso, os estudantes pós-graduados em Tradução pela Universidade Lusófona ficam a beneficiar do duplo estatuto de generalistas e de especialistas.

Com início previsto para o ano lectivo 2003-2004, a Universidade Lusófona vai oferecer duas pós-graduações especializadas, *Tradução Literária* e *Tradução Jurídica*, seguidas de outras áreas. Como irá funcionar esta inovadora pós-graduação em tradução especializada?

Do ponto de vista da estratégia pedagógica, procurou-se, em primeiro lugar, que os cursos fossem predominantemente práticos. Assim, a cadeira nuclear representa cerca de 50% do tempo de aulas, as cadeiras teórico-práticas mais de 40% e a única cadeira teórica menos de 10%. De acordo com esta divisão, as horas de leccionação das cadeiras práticas representam mais de dois terços do curso. Além destas horas obrigatórias, os estudantes têm de frequentar, no caso da *Pós-Graduação em Tradução Jurídica*, um certo número de seminários ministrados por professores de Direito da Universidade Lusófona. Para terminar o curso, os estudantes têm de participar numa *Oficina de Tradução*, coordenada por um especialista estrangeiro. Quanto à estrutura do curso, além de uma cadeira puramente teórica, a *História, Teorias e Deontologia da Tradução*, os estudantes frequentam cadeiras teórico-práticas consideradas disciplinas complementares ao exercício da sua actividade profissional, tais como *Metodologia da Tradução, Terminologia / Lexicologia, Investigação Documental, Localização na Internet, Técnicas de Redacção em Português, Revisão, Ferramentas ao Serviço do Tradutor e História, Teorias e Deontologia da Tradução*. A segunda parte do curso é ocupada com a prática da tradução literária ou jurídica. A avaliação final incidirá sobre a qualidade de um projecto que verse aspectos teóricos da disciplina ou de uma tradução.

Resta-nos acrescentar que os formadores, exclusivamente convidados para este curso, são todos experientes tradutores e exercem profissionalmente as áreas que leccionam.

Eis, em traços largos, como a Universidade Lusófona chegou à conclusão que é necessário apostar numa formação inovadora ministrada por formadores qualificados nas respectivas áreas.

Notas

- ¹ É interessante constatar que até há dois ou três anos não tínhamos em Portugal tradutores de ucraniano e de outras línguas exóticas, como o tamil. Hoje, o mercado está cheio de tradutores de ucraniano e já se pode traduzir de e para tamil.

Bibliografia (de obras relacionadas com a formação de tradutores)

- Actes des journées de réflexion *La traduction au Portugal: Formations et Professions*, 3 et 4 juin 1996, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Lisboa: GRIF – Groupe de Recherche Interdisciplinaire sur le Français, 1997.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Contributos para História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982
- BAYDOUN Nahla, «Sur quelques difficultés dans l'enseignement de la traduction le facteur cognitif» dans *Proceedings – Volume 2 – XVI Congrès mondial de la Fédération internationale des traducteurs (FIT)*, 12 – 16 février, 1996, Melbourne, Australie: Éditeur AUSIT (The Australian Institute of Interpreters and Translators, Melbourne, Australie), s/d.
- CARDAILLAC Louis, *Tolède, XIIe-XIIIe Musulmans, chrétiens et juifs: le savoir et la tolérance*, Paris: Éditions Autrement, 1991.
- DARBELNET Jean, «De la conception à l'enseignement de la traduction» dans *La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 28-31 mai 1980, Ottawa, Canada: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- DELISLE Jean, «Plaidoyer en faveur du renouveau de l'enseignement pratique de la traduction professionnelle» dans *La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 28-31 mai 1980, Ottawa, Canada: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- , *Translators Through History*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company Amsterdam / UNESCO Publishing, Translation Library, Vol. 13, 1995.
- , et Woodsworth, Judith, *Les traducteurs dans l'histoire*, Presses de l'Université d'Ottawa/Éditions UNESCO, Ottawa: Collection: Pédagogie de la traduction, 1995.
- DIAZ Oscar Fouces, *Didáctica de la Traducción (Portugués Español)*, Vigo: Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo, 1999.
- DUNLOP D.-M., "The Work of Translation in Toledo" dans *Babel*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, vol. VI, n^o 2, 1960.
- DURIEUX Christine, *Fondement didactique de la traduction technique*, Paris: Col. Tractologie n^o 3, Didier, 1988.
- FLAMAND Jacques et THOMAS d'Arlette (éd.), *La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 28-31 mai 1980, Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- FRANCO António, "A Tradução Pedagógica outra vez com Pretendentes" dans *Revista Portal*, Porto: APPA, n^o 5, Outono/Inverno, 1990-1991, pp. 11-20.
- GÉMAR Jean-Claude, *Traduction générale et traduction spécialisée Fonctions de la version générale, instrument de formation du traducteur*, in *La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 28-31 mai 1980, Ottawa, Canada: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- GOUADEC Daniel, *Le traducteur, la traduction et l'entreprise*, Paris: Afnor, 1989
- , *La formation des traducteurs – étude de cas dans Formation des traducteurs, Colloque international Rennes 2, 1999*, Paris: La Maison du Dictionnaire, 2000.

- , (éd.), *Formation des traducteurs, Actes du Colloque International – Rennes 2, 2425 Septembre 1999*, Paris: La Maison du Dictionnaire, 2000.
- HURTADO Albir, Amparo, *Traducción y Traductología – Introducción a la Traductología*, Madrid: Cátedra Lingüística, 2001.
- ISRAËL Fortunato et LEDERER Marianne, (éd.), *Quelle Formation pour le traducteur de l'an 2000, Actes du Colloque International tenu à l'ESIT les 6, 7 et 8 juin 1996*, Paris: Didier Érudition, 1998.
- KEFEI Wang et FAN Shouyi, *Translation in China: A Motivating Force* dans *Meta*, XLIV, 1, Montréal: 1999.
- KELLY L.G., *The True Interpreter. A History of Translation Theory and Practice in the West*, Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- KINGSCOTT Geoffrey, «Le Tour d'horizon des besoins». Em *Formation des Traducteurs, Actes du colloque international, Rennes, 2, 24-25 Septembre 1999*, Paris, La Maison du Dictionnaire.
- KUSSMAUL Paul, *Training the Translator*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- LAMBERT Maurice, «La traduction il y a 4000 ans» dans *Babel*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, vol. X, n° 1, 1964.
- LAPORTE Danielle (éd.), *Actes du Colloque Traduction et didactique – 29 février – 4 mars 1988*, BALLARD Michel, «Antiquité et traduction », «Quel cadre pour un enseignement de traduction?» et «Ambiguïté et traduction»; LAVAUULT Elisabeth, «La traduction interprétative»; FIGUEIREDO Eugénie V. de, «Étude comparée des systèmes verbaux du français et du portugais»; CARVALHO Martine Rebelo de, «De la découverte du texte littéraire par la traduction»; ABRAMOVICI Serge, «Trahison fonctionnelle»; SALADO Regis, *Présentation des travaux de l'atelier de didactique*, Porto: Edições ASA, 1988.
- La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 2831 mai 1980, Publié sous la direction d'Arlette Thomas et de Jacques Flamand, Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- LOZANO Wenceslao-Carlos et MARRUECOS José Luis Vásquez, *Actas de las I Jornadas sobre Diseño Curricular del Traductor e Intérprete*, Facultad de Traducción e Interpretación, Granada: Universidad de Granada, 1996.
- MAGALHÃES Francisco José, *Da Tradução Profissional em Portugal*, Lisboa: Col. Voz de Babel, Edições Colibri, 1996.
- PELAGE Jacques, «La Formation des Traducteurs Juridiques » dans *Le Bulletin – Société Française de Traducteurs*, Paris: juillet 1999, p. 9.
- «La Traduction, Carrefour Multiple» dans *Quelle Formation pour le traducteur de l'an 2000, Actes du Colloque International, ESIT, 6,7, et 8 juin 1996*, Paris: Didier Érudition, 1998.
- PYM Anthony, *Pour une éthique du traducteur*, Col. Traductologie et Col. Pédagogie de la traduction, Arras: Artois Presses Université; et Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 1997.
- SALAMA-CARR Myriam, *La traduction à l'époque abbasside. L'école de Hunayn Ibn ishâq et son importance pour la traduction*, Paris: Col. Traductologie, Didier Érudition, 1990.
- TATILON Claude, *Traduire – Pour une pédagogie de la traduction*, Toronto: Éditions du GREF, 1986.
- THOMAS d'Arlette et FLAMAND Flamand, (éd.), *La Traduction: l'universitaire et le praticien*, Congrès Université du Québec à Montréal, 2831 mai 1980, Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.
- VAN HOOFF Henri, *Histoire de la traduction en occident*, Paris: Bibliothèque de linguistique, Duculot, 1991.